

ANC 8861 RAY 51 15 MAR 1988

## Coluna do Castello

### O nó do mandato e do sistema

**A** essa altura, é pouco provável que a Constituinte vote nesta semana o sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição e a extensão do mandato dos sucessores do presidente José Sarney. A votação deverá ser transferida para a próxima semana devido a ausência de qualquer perspectiva de entendimento dentro e fora do PMDB quanto às duas questões. Embora de maneira menos belicosa, o presidente Sarney reafirma seu compromisso de continuar lutando pela manutenção do presidencialismo e pela conquista do mandato de cinco anos.



Recusa, por enquanto ou para sempre, nunca se sabe, a hipótese de negociar o sistema de governo e o tamanho do seu mandato. Não o fez quando o projeto de Constituição foi submetido ao crivo da Comissão de Sistematização, no final do ano passado. Ali, o mandato de quatro anos obteve uma mísera vantagem de dois votos em um total de 93. Diz que não o fará agora, quando a decisão será tomada pelo conjunto dos 559 senadores e deputados eleitos em novembro de 1986. Sarney está convencido de que ganhará o que quer.

Os números que lhe exibem os ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana apontam na direção de uma vitória folgada do presidencialismo e de uma vitória apertada, porém segura, do mandato de cinco anos. Prisco e Antônio Carlos também previram a vitória de Sarney na Comissão de Sistematização. Foi o que se viu. Nas contas mais realistas do senador José Richa (PMDB-PR), um dos articuladores da adoção do parlamentarismo, lado algum poderia, até ontem, comemorar o triunfo por antecipação. A Constituinte está dividida.

Haveria 205 votos certos para o presidencialismo e 46 inclinados a sustentá-lo — 29 a menos, portanto, do que a maioria necessária para aprová-lo no plenário. Seria

melhor a situação do parlamentarismo, que reuniria um total de 293 votos, entre os de fé, irremovíveis, e os que expressam uma tendência. Mais confortável, segundo Richa e as demais lideranças do PMDB e de quase todos os demais partidos, seria a posição do mandato de quatro anos, que já teria obtido mais de 280 votos. "O Congresso não vota contra as ruas", admitiu em novembro o próprio Sarney.

Um assessor do presidente lembra que o Congresso deu as costas às ruas quando deixou de aprovar a emenda das *diretas*, já, em abril de 1984. Só que ali se deteriorava, mas ainda conservava alguma força, o governo militar do general Figueiredo. As tropas do general Newton Cruz tomaram de assalto a Esplanada dos Ministérios, Brasília foi posta sob medidas de emergência e a emenda precisava atrair, para ser aprovada, dois terços dos votos do Congresso. Não passou porque lhe faltaram duas dezenas de votos.

O problema que enfrenta o mandato de quatro anos para Sarney é a vinculação que se tenta fazer entre a sua votação e a do sistema de governo. A eleição direta em novembro de um novo presidente da República é aspiração largamente avalizada por todas as pesquisas realizadas até aqui nas ruas e nos gabinetes refrigerados do país — à exceção, naturalmente, dos gabinetes cujos donos dependem do atual governo para sobreviver ou para conservar o poder que detêm. O parlamentarismo não está sendo exigido pela maioria da sociedade.

Pode guardar, como guarda, inúmeras vantagens sobre o sistema presidencialista que, entre nós, tem sido sinônimo de repetidas crises. Pode até, se adotado, contribuir para uma maior estabilidade do processo político brasileiro e para a consolidação da democracia que ora se tenta reconstruir. Mas não foi, nem de longe, objeto de discussão durante a última campanha eleitoral. Cresceu na Constituinte como o meio mais rápido de apressar a tomada do poder pelo PMDB e, agora, pode vir a servir para cassar o direito de o brasileiro votar para presidente este ano.

Se os constituintes tivessem, de fato, se convertido, limpamente, às superiores qualidades do parlamentarismo com relação ao presidencialismo, não teriam deixado de aprovar o voto distrital, filho legítimo do regime de gabinete. O nó que tenta amarrar a votação do mandato e do sistema de governo não deve ser desatado de modo a favorecer o prolongamento da agonia de um governo que acabou já faz tempo e de um presidente que não pode sair às ruas sem a companhia dos Urutus.

JORNAL DO BRASIL